

Disputas discursivas, subjetivação e relações de poder na conservação amazônica: “O ‘cara’ que planta árvore é um trouxa?”

*Discursive Disputes, Subjectivation, and Power Relations in Amazonian Conservation:
“Is the person who plants trees a fool?”*

Marcelo Lucian Ferronato¹

Emanuel Fernando Maia de Souza²

Marília Lima Pimentel Cotinguiba³

Resumo: Este artigo analisa como agricultores familiares da Amazônia rondoniense produzem sentidos sobre a restauração florestal a partir de seus discursos. Ancorado na Análise do Discurso de linha francesa, conforme formulada por Michel Pêcheux e desenvolvida por Eni Orlandi, o estudo examina as disputas discursivas que atravessam as práticas e percepções relacionadas à recomposição florestal entre agricultores com diferentes níveis de engajamento. A pesquisa foi realizada na Zona da Mata Rondoniense, abrangendo os municípios de Rolim de Moura, Castanheiras e Novo Horizonte do Oeste. A análise evidencia que as decisões ambientais não se explicam exclusivamente por fatores legais ou técnicos, mas se constituem a partir de atravessamentos ideológicos que moldam subjetividades, posições de sujeito e modos de ação no campo. O estudo contribui para a compreensão das relações de poder que operam na governança ambiental e nas políticas públicas de restauração ecológica no contexto amazônico.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Análise do Discurso; Amazônia; Restauração florestal; Ideologia.

Abstract: This article examines how family farmers in the Amazon region of Rondônia construct meanings around forest restoration through their discourse. Grounded in French Discourse Analysis, as formulated by Michel Pêcheux and developed by Eni Orlandi, the study explores discursive disputes surrounding forest restoration practices among farmers with different levels of engagement. The research was conducted in the Zona da Mata region of Rondônia, encompassing the municipalities of Rolim de Moura, Castanheiras, and Novo Horizonte do Oeste. The analysis indicates that environmental decision-making is not determined solely by legal or technical factors, but is shaped by ideological processes that produce subjectivities, subject positions, and forms of action in rural contexts. The study contributes to understanding the power relations that structure environmental governance and public policies for ecological restoration in the Amazon.

Keywords: Family farming; Discourse Analysis; Amazon; Forest restoration; Ideology.

Introdução

A restauração ecológica da Amazônia brasileira tem se consolidado, nas últimas décadas, como uma estratégia central para mitigar os impactos do desmatamento e

¹ Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Diretor-Presidente da Ação Ecológica Guaporé – Ecoporé e Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Conservação e Uso de Recursos Naturais (PPGRen/UNIR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7843921080156608>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0645-2633>. E-mail: marcelo@ecopore.org.br

² Doutor em Fitotecnia pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. Docente do Departamento de Engenharia Florestal e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4742387914768064>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5493-2183>. E-mail: emanuel@unir.br

³ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Docente do Departamento Acadêmico de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2889057943194849>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1847-4987>. E-mail: marhil@unir.br

assegurar a provisão de serviços ecossistêmicos essenciais à estabilidade dos agroecossistemas (Aronson; Durigan; Brancalion, 2011; Pellegrino; Assad; Marin, 2007). Para além do controle do desmate, a reversibilidade de áreas degradadas passou a ocupar posição estratégica nas agendas ambientais, especialmente diante da fragmentação da vegetação nativa e da perda de funções ecológicas críticas, como a ciclagem de nutrientes e a manutenção da biodiversidade (Altieri, 1999; Fearnside, 2006; Metzger et al., 2019). Nesse contexto, os agroecossistemas amazônicos configuram-se como territórios de disputa, nos quais diferentes projetos de conservação, uso da terra e desenvolvimento se confrontam discursivamente.

A efetividade das ações de conservação e recomposição florestal, contudo, não se define apenas por marcos legais, instrumentos técnicos ou incentivos econômicos. Ela depende, de forma decisiva, da adesão dos agricultores familiares, cujas práticas, saberes e discursos produzem sentidos específicos sobre floresta, ambiente e desenvolvimento. Esses sujeitos não se limitam a executar políticas públicas ambientais; ao contrário, (re)significam-nas a partir de suas experiências históricas, posições sociais e vínculos territoriais, evidenciando disputas simbólicas e relações assimétricas de poder que atravessam o campo da conservação (Foucault, 2008; Dijk, 2000; Fairclough; Wodak, 2005).

É nesse horizonte que este artigo se ancora na etnociência e na Análise do Discurso de linha francesa, conforme formulada por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi (Pêcheux, 1975; Orlandi, 2020). Esse referencial compreende o discurso como prática social historicamente situada, produzida na articulação entre linguagem, ideologia e condições de produção. Nessa perspectiva, os sentidos não são transparentes nem neutros: constituem-se em formações discursivas atravessadas por memórias sociais e por relações de poder que delimitam as possibilidades de dizer em determinados contextos históricos.

No contexto da agricultura familiar amazônica, a Análise do Discurso de linha francesa mostra-se particularmente fecunda para compreender como os agricultores atribuem sentido às práticas de restauração ecológica e às políticas ambientais. Esses sentidos emergem de discursos ancorados na oralidade, nas memórias coletivas e nas relações sociocomunitárias, revelando formações discursivas que tanto reproduzem quanto tensionam ideologias dominantes. A análise discursiva permite apreender como a floresta, a terra e a intervenção estatal são significadas de modo heterogêneo — ora

como obrigação legal, ora como ameaça à produção, ora como valor moral ou oportunidade — evidenciando a coexistência de racionalidades em disputa no território.

No referencial da AD francesa, conforme Pêcheux (1999) e Orlandi (2020), os sentidos são produzidos a partir da articulação entre formações discursivas, memória discursiva e interdiscurso, entendido como o conjunto do já-dito que sustenta e condiciona as possibilidades de enunciação. Nessa abordagem, o sujeito não antecede o discurso, mas é por ele constituído, ocupando posições ideológicas historicamente determinadas. As contribuições de Maingueneau (2015) são mobilizadas de forma complementar, especialmente no que se refere às cenas de enunciação e ao ethos discursivo, permitindo compreender como determinados modos de dizer se estabilizam e adquirem legitimidade em contextos sociocomunitários específicos.

Em diálogo externo com esse referencial, as reflexões de Foucault (2008) contribuem para a compreensão das relações entre discurso, poder e subjetivação, sem implicar fusão epistemológica com a Análise do Discurso de linha francesa. O discurso ambiental dominante, veiculado por instituições estatais e organismos internacionais, pode ser compreendido como um dispositivo de saber-poder que interpela os agricultores familiares e os constitui como sujeitos morais, jurídicos e produtivos dentro de determinados regimes de verdade. Tais interpelações produzem posições de sujeito que regulam condutas, definem critérios de legitimidade e moldam formas de reconhecimento e desqualificação simbólica no contexto rural.

Entretanto, como enfatiza a própria Análise do Discurso, os sentidos não são fixos nem unívocos. O discurso constitui um espaço de disputa, no qual as subjetividades produzidas pelas políticas ambientais são negociadas, reinterpretadas ou resistidas. Nesse cenário, expressões que circulam no cotidiano rural — como a ridicularização simbólica de quem investe na recomposição florestal — não devem ser compreendidas como opiniões isoladas, mas como efeitos discursivos que materializam relações de poder, disputas de sentido e processos de subjetivação.

Assim, ao analisar as disputas discursivas que atravessam a conservação e a recomposição florestal na Amazônia, este estudo busca compreender como se produzem modos de subjetivação e relações de poder que legitimam ou deslegitimam determinadas práticas ambientais. Ao reconhecer os discursos dos agricultores familiares como produções heterogêneas e historicamente situadas, o artigo contribui para o debate sobre políticas ambientais mais democráticas e dialógicas, sensíveis às múltiplas

racionalidades e conflitos simbólicos que estruturam o campo da conservação amazônica.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza interpretativa, ancorada na etnociência e na Análise do Discurso de linha francesa (ADf), conforme formulada por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi (Pêcheux, 1975; Orlandi, 2020). A ADf é compreendida como um dispositivo teórico-analítico voltado à interpretação dos sentidos produzidos nos discursos, a partir da articulação entre linguagem, ideologia, memória e condições históricas de produção.

Recorte territorial e contexto empírico

A pesquisa foi realizada na Zona da Mata Rondoniense, tendo como recorte empírico os municípios de Castanheiras, Novo Horizonte do Oeste e Rolim de Moura. A região é marcada por intenso processo de desmatamento desde a década de 1980, associado a políticas de colonização e à expansão da fronteira agropecuária (Becker, 1995; Schmink; Wood, 1992; Fearnside, 2006). Até 2019, dados do PRODES/INPE indicavam elevados percentuais de desmatamento nesses municípios (INPE, 2020). A escolha do recorte justifica-se pela expressiva presença de agricultores familiares e pela implementação de iniciativas de recomposição da vegetação nativa entre 2008 e 2020, configurando-se como território estratégico para a análise discursiva da conservação florestal.

Sujeitos da pesquisa e constituição do corpus

O corpus empírico foi constituído a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com 40 agricultores familiares, selecionados por amostragem estratificada, considerando critérios territoriais, produtivos e de inserção em ações de conservação ambiental. Para fins analíticos, os participantes foram organizados em dois grupos: **agricultores familiares engajados (AF-E)**, que participaram de ao menos uma iniciativa de recomposição florestal — por meio do plantio de espécies nativas, da manutenção de áreas restauradas ou da adesão formal a projetos de restauração ambiental — e **agricultores familiares não engajados (AF-N)**, que, embora inseridos no mesmo

contexto territorial e institucional, não realizaram práticas de recomposição florestal, limitando-se, quando aplicável, ao cumprimento mínimo das exigências legais ou à manutenção da vegetação nativa existente.

Essa distinção possui caráter exclusivamente analítico, não normativo, sendo utilizada para compreender como diferentes posições discursivas se constituem em relação à conservação e à recomposição florestal.

As entrevistas foram conduzidas a partir de roteiros semiestruturados no âmbito de uma pesquisa exploratória (Triviños, 1987), possibilitando aos participantes narrar experiências, percepções e posicionamentos acerca da floresta, do uso da terra, das políticas ambientais e das práticas de recomposição vegetal. As falas foram integralmente gravadas, transcritas e organizadas como corpus discursivo, preservando-se as marcas de oralidade relevantes à análise.

Procedimentos de análise

O corpus foi tratado como materialidade discursiva, e não como fonte de opinião ou dado informacional. A análise seguiu os princípios da Análise do Discurso de linha francesa, por meio de gestos interpretativos orientados teoricamente, considerando as condições de produção, os lugares de enunciação dos sujeitos e os efeitos de sentido produzidos nos enunciados. As formações discursivas foram construídas a partir da leitura reiterada do material empírico, identificando regularidades enunciativas e articulações de sentido.

O *software MAXQDA Analytics Pro 2020* foi utilizado exclusivamente como ferramenta de apoio à organização e sistematização do corpus, sem realização de análises automáticas ou inferências interpretativas. As representações gráficas geradas foram empregadas como dispositivos auxiliares à reflexão teórica, sem substituírem a análise qualitativa dos fragmentos discursivos.

Considerações éticas e uso de ferramentas digitais

A pesquisa observou os princípios éticos aplicáveis às Ciências Humanas, garantindo o anonimato dos participantes e o uso responsável das informações. Ferramentas de inteligência artificial foram utilizadas apenas como apoio à revisão gramatical e à organização textual do manuscrito, sem interferência nos procedimentos

analíticos ou na interpretação do corpus. Todas as inferências e interpretações apresentadas são de responsabilidade do pesquisador.

Ideologias naturalizadas nos discursos que atravessam a conservação e a recomposição florestal na agricultura familiar amazônica

As decisões dos agricultores familiares sobre a conservação ambiental e a restauração da vegetação nativa não se limitam à obediência legal ou ao acesso a incentivos institucionais, sendo orientadas por fatores internos e externos inscritos em formações discursivas atravessadas por ideologias naturalizadas. Conforme Orlandi (2020), essas ideologias operam como efeitos de sentido historicamente produzidos que delimitam o dizível e instituem modos específicos de subjetivação.

Fatores intrínsecos e os sentidos de pertencimento à terra

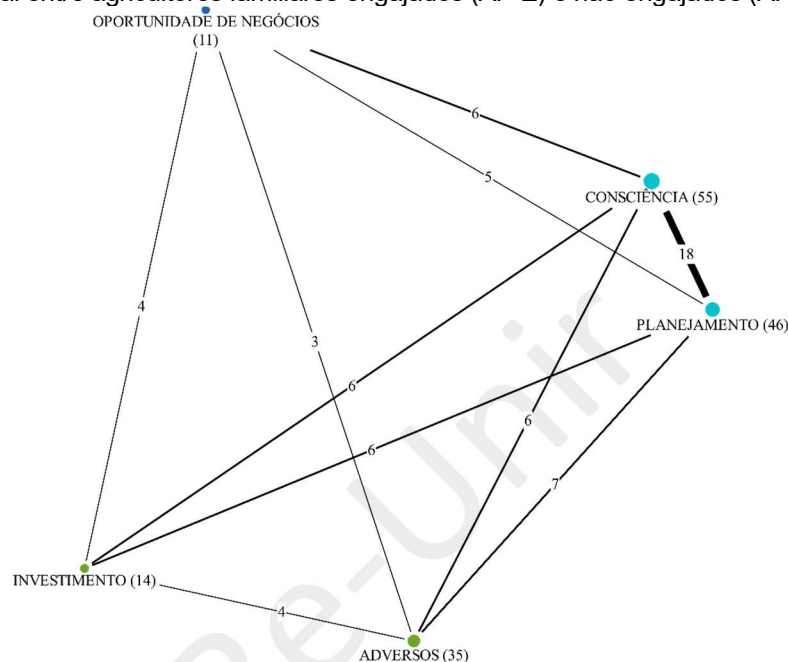
Os fatores decisórios de natureza intrínseca correspondem a 25% dos segmentos analisados e refletem uma formação ideológica ancorada no gerenciamento da propriedade rural, articulada em cinco formações discursivas. Esses segmentos evidenciam como os agricultores organizam o espaço sob sua responsabilidade, integrando dimensões produtivas, culturais e existenciais. Tais fatores referem-se a motivações de ordem pessoal, ética e afetiva, expressas em enunciados associados à autonomia da vontade, à consciência moral e à dimensão religiosa da relação com a terra. A análise indica processos de subjetivação nos quais o sujeito se posiciona como agente moralmente responsável pelo cuidado ambiental, não por imposição normativa, mas por adesão simbólica a um *ethos* de pertencimento à terra.

As formações discursivas identificadas foram: (a) consciência, ancorada em valores ético-culturais; (b) oportunidade de negócios, associada à dimensão econômica da floresta; (c) planejamento, que integra a vegetação nativa ao uso estratégico do solo; (d) investimento, com foco no retorno da restauração; e (e) discursos adversos, que expressam distanciamento e negação da funcionalidade da floresta.

A análise de agrupamento das formações discursivas (Figuras 1, 2 e 3) evidencia padrões distintos entre os grupos analisados. As formações associadas à consciência ambiental e ao planejamento do uso do solo ocupam posições centrais no mapa de coocorrência, articulando-se com discursos sobre investimento e regularização

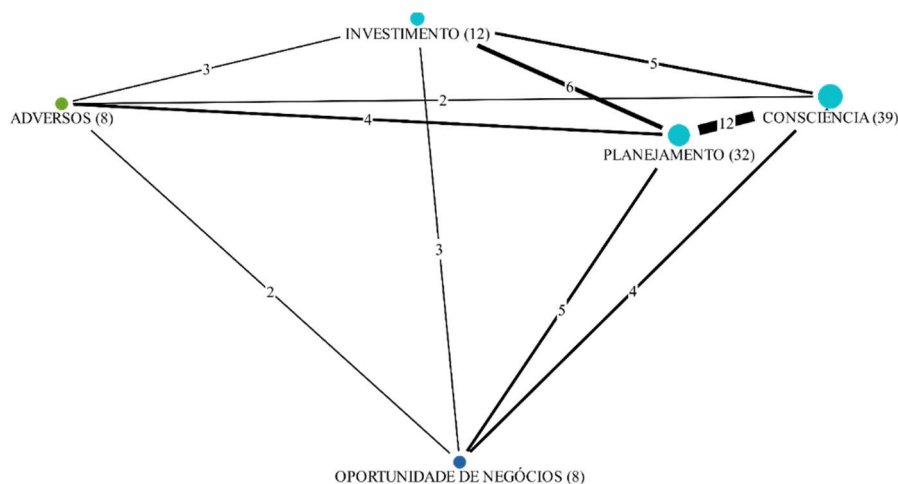
ambiental. Essa centralidade decorre da recorrência desses sentidos nos enunciados dos mesmos sujeitos, configurando eixos estruturantes das tomadas de posição em relação ao manejo da vegetação nativa, presentes em maior proporção entre os agricultores familiares engajados (AF-E) do que entre os não engajados (AF-N). Entre estes últimos, as articulações discursivas mostram-se mais fragmentadas, com menor densidade de conexões e maior incidência de discursos adversos à recomposição florestal.

Figura 1 - Mapa de coocorrência das formações discursivas associadas ao gerenciamento da propriedade rural entre agricultores familiares engajados (AF-E) e não engajados (AF-N).



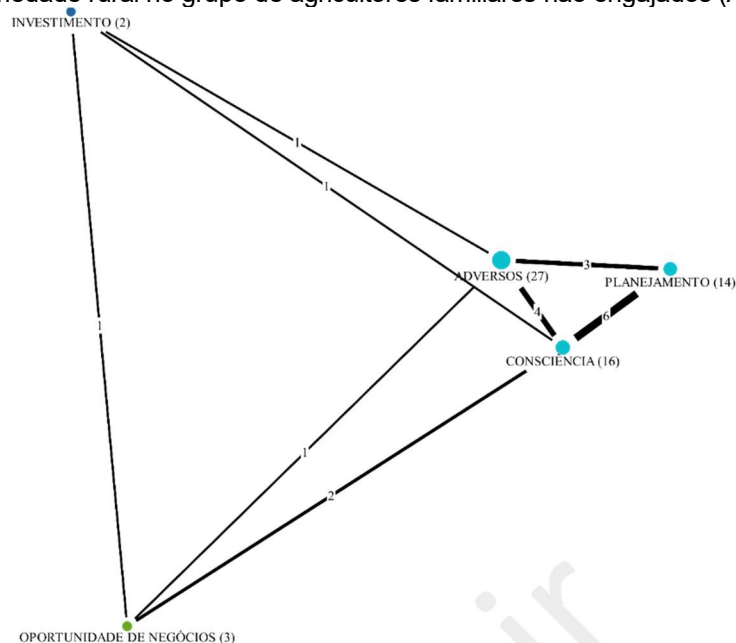
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa, com uso do *software MAXQDA Analytics Pro 2020*.

Figura 2 - Mapa de coocorrência das formações discursivas associadas à ideologia de gerenciamento da propriedade rural no grupo de agricultores familiares engajados (AF-E).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa, com uso do *software MAXQDA Analytics Pro 2020*.

Figura 3 - Mapa de coocorrência das formações discursivas associadas à ideologia de gerenciamento da propriedade rural no grupo de agricultores familiares não engajados (AF-N).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa, com uso do *software MAXQDA Analytics Pro 2020*.

No grupo dos agricultores familiares engajados (AF-E), observa-se uma rede discursiva densa e coesa, na qual as formações de consciência, planejamento e oportunidade de negócio se articulam de forma consistente. Essa configuração sugere uma racionalidade ambiental que integra dimensões éticas, estratégicas e econômicas, aproximando-se da noção de multifuncionalidade da agricultura familiar (Bonnal; Maluf, 2009).

Entre os agricultores familiares não engajados (AF-N), a rede discursiva apresenta-se mais fragmentada, com vínculos menos consistentes entre as categorias e maior incidência de discursos adversos à recomposição florestal. A subjetivação ambiental nesse grupo tende a ancorar-se em racionalidades desenvolvimentistas, nas quais a floresta é significada como obstáculo à produtividade, uma concepção historicamente reproduzida no contexto amazônico (Schmink; Wood, 1992; Becker, 1995).

Entre os agricultores familiares engajados, a consciência ambiental emerge associada a uma leitura retrospectiva dos impactos acumulados ao longo do tempo, revelando um deslocamento discursivo em relação às práticas e valores do período inicial de ocupação do território. Esse movimento ativa a memória discursiva, que, conforme

Orlandi (2020), organiza o dizível a partir do já-dito, reinscrevendo sentidos sob novas condições históricas de produção (Pêcheux, 1999). Entre os não engajados, embora a consciência ambiental também se manifeste, ela não se converte em práticas concretas, permanecendo dissociada do manejo da terra, o que reflete condições de produção marcadas pela persistência de racionalidades produtivistas e pela fragilidade de mediações institucionais (Fairclough; Wodak, 2005).

As visões sobre o retorno econômico da conservação também diferem entre os grupos. Entre os AF-E, os enunciados atribuem valor econômico à vegetação nativa, frequentemente em comparação com a pecuária. Entre os AF-N, a floresta tende a ser tolerada apenas quando não compromete a produtividade, evidenciando a persistência de uma racionalidade produtivista historicamente descrita na literatura amazônica (Castro, 1998; Fearnside, 2006). A análise evidencia ainda a presença de discursos de resistência à recomposição florestal, mais frequentes entre os AF-N, nos quais áreas preservadas são desqualificadas e associadas à improdutividade, expressando a permanência de ideologias colonizadoras no campo ambiental.

Esses resultados indicam que as decisões relacionadas à conservação ambiental na agricultura familiar amazônica não se explicam apenas por critérios legais ou técnicos, mas emergem de disputas de sentido atravessadas por moralidades, memórias e racionalidades diversas. Tal leitura dialoga com a Análise do Discurso, que compreende o sujeito como historicamente constituído por ideologia, memória e linguagem (Orlandi, 2020; Foucault, 2008), e reforça a necessidade de políticas públicas mais dialógicas e socialmente eficazes.

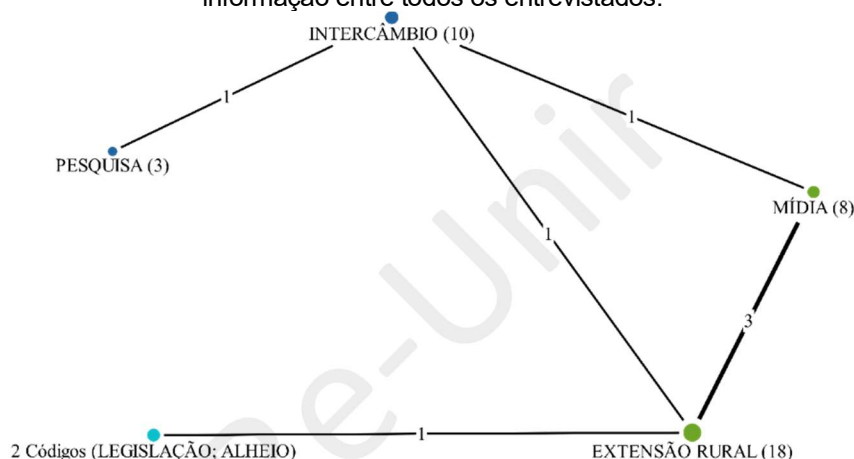
Fatores extrínsecos e o discurso institucionalizado da conservação

Os fatores extrínsecos, presentes em 8% dos segmentos analisados, correspondem a influências externas à propriedade que incidem sobre as decisões dos agricultores em relação à conservação. Esses fatores compõem uma ideologia centrada na comunicação e na informação, expressa em seis formações discursivas: (a) extensão rural, associada à mediação técnico-institucional de práticas conservacionistas; (b) mídia, responsável pela difusão de mensagens ambientais por canais institucionais; (c) intercâmbio, referente à influência de experiências externas; (d) pesquisa, evocada como fonte de legitimidade técnico-científica; (e) legislação, vinculada à imposição normativa;

e (f) alheamento institucional, que expressa ausência de mediação, desconfiança ou resistência frente às políticas ambientais.

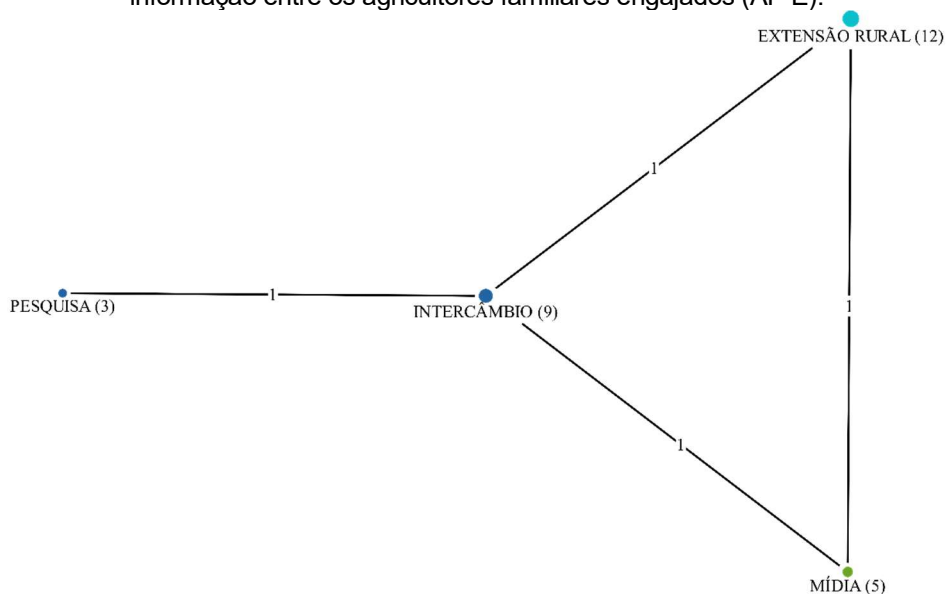
A análise de agrupamento das formações discursivas (Figuras 4, 5 e 6) evidencia padrões distintos entre os grupos analisados. As formações associadas à extensão rural e à mídia ocupam posições centrais no mapa de coocorrência, articulando-se de modo recorrente com intercâmbio e legislação, especialmente entre os agricultores familiares engajados (AF-E). Essa centralidade indica que o discurso institucional da conservação circula prioritariamente por esses canais, com a extensão rural funcionando como eixo estruturante da influência externa, ao mediar e redistribuir sentidos veiculados por normas legais, mensagens midiáticas e experiências de intercâmbio.

Figura 4 - Mapa de coocorrência das formações discursivas associadas à ideologia da comunicação e informação entre todos os entrevistados.



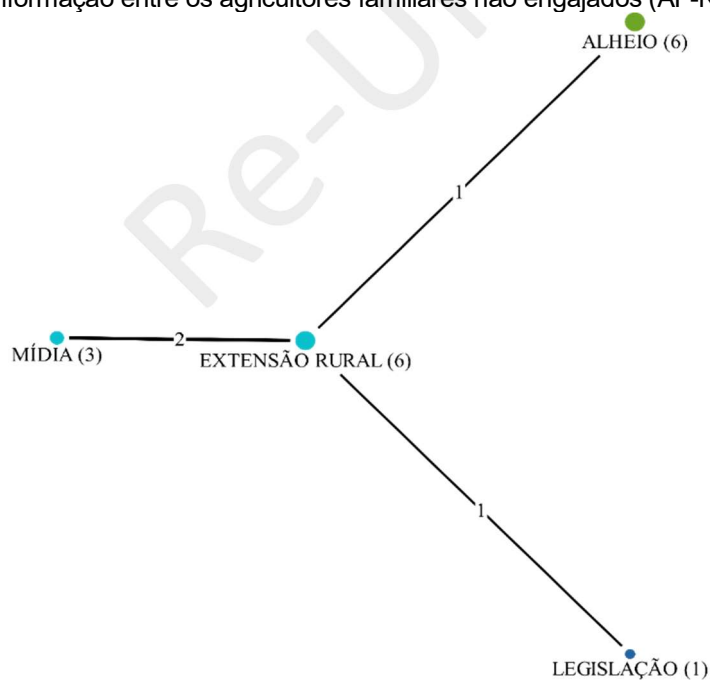
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa, com uso do software MAXQDA Analytics Pro 2020.

Figura 5 - Mapa de coocorrência das formações discursivas associadas à ideologia da comunicação e informação entre os agricultores familiares engajados (AF-E).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa, com uso do software MAXQDA Analytics Pro 2020.

Figura 6 - Mapa de coocorrência das formações discursivas associadas à ideologia da comunicação e informação entre os agricultores familiares não engajados (AF-N).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa, com uso do software MAXQDA Analytics Pro 2020.

A mediação por técnicos e meios de comunicação constitui um aparato ideológico que organiza o dizível e regula formas de subjetivação ambiental (Orlandi, 2020;

Pêcheux, 1975). Nesse processo, os sujeitos não apenas reagem a comandos normativos, mas (re)constroem sentidos a partir das interações institucionais e das representações ambientais em circulação no território.

Entre os agricultores familiares engajados (AF-E), observa-se uma rede discursiva mais articulada, na qual o intercâmbio conecta extensão rural, mídia e pesquisa. Essa configuração sugere a incorporação de múltiplas influências, com a aprendizagem e a circulação de saberes técnico-científicos operando como eixos relevantes das decisões conservacionistas.

Entre os agricultores familiares não engajados (AF-N), por sua vez, as articulações discursivas mostram-se mais fragmentadas. Embora a extensão rural ainda ocupe posição central, suas conexões com outras categorias são mais fracas, e a formação discursiva do alheamento institucional torna-se mais recorrente. Esse padrão expressa desinformação, ceticismo ou resistência ao discurso ambiental dominante, indicando limites da mediação institucional na produção de subjetivações orientadas à conservação.

Os enunciados analisados revelam que a comunicação institucional frequentemente opera segundo uma lógica prescritiva, priorizando a conformidade normativa em detrimento da construção participativa da consciência ambiental. Falas como “a gente fez porque disseram que era obrigatório” e “a lei manda recuperar” evidenciam o funcionamento de uma ideologia jurídico-normativa que molda condutas e reforça processos de sujeição às estruturas de poder estatal, conforme discutido por Foucault (2008) e Orlandi (2020).

A extensão rural, formação discursiva mais recorrente entre os fatores extrínsecos, atua como operador do discurso ambiental, mediando políticas públicas e incentivando práticas conservacionistas. Contudo, essa atuação também revela contradições, especialmente quando associada a excessos normativos e à fragilidade de diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o que limita a apropriação crítica das orientações pelos agricultores.

A mídia ocupa papel simbólico relevante na difusão de normas ambientais, operando por meio da repetição de conteúdos em rádios e programas institucionais, o que reforça uma racionalidade normativa reiterativa. O intercâmbio, embora menos frequente, destaca-se como canal de aprendizado horizontal, no qual experiências externas e práticas observadas em outras propriedades funcionam como dispositivos de sensibilização e reconhecimento do saber prático local.

A legislação, ainda que pouco mencionada, carrega forte valor normativo, organizando práticas mais orientadas à sujeição do que ao engajamento, conforme uma ideologia jurídico-normativa historicamente consolidada (Althusser, 1980). A pesquisa científica, por sua vez, aparece de forma residual e genérica, restrita a agricultores engajados, evidenciando o distanciamento entre a produção científica e as práticas rurais locais.

A formação discursiva do alheamento institucional manifesta-se principalmente entre os agricultores familiares não engajados, expressando frustração com a ausência de apoio e a desconexão entre políticas ambientais e demandas por justiça social (Leff, 1993; Acseirad, 1999).

Em síntese, os fatores extrínsecos não atuam de forma neutra: sua eficácia depende das formas de apropriação simbólica pelos sujeitos. A linguagem institucional — técnica, normativa ou comunicacional — é ressignificada no cotidiano rural, assumindo sentidos ora mobilizadores, ora impositivos. Os discursos sobre a floresta configuram arenas de disputa atravessadas por processos históricos, ideológicos e socioculturais que condicionam diferentes formas de adesão, resistência ou silêncio frente às políticas ambientais.

Relações sociocomunitárias: subjetivação e discursos de engajamento e resistência

As relações sociocomunitárias desempenham papel relevante nos discursos sobre conservação e recomposição florestal, aparecendo em 7% dos segmentos analisados. Esses discursos evidenciam como os vínculos comunitários influenciam, tensionam ou reforçam decisões ambientais, em interação com fatores intrínsecos e extrínsecos.

A análise identificou duas formações ideológicas principais: **construtivista** e **antagonista**. A primeira engloba discursos positivos, marcados por reconhecimento e estímulo à conservação, bem como discursos neutros, que indicam ausência de julgamento social explícito. A ideologia antagonista reúne discursos negativos, caracterizados por rejeições e desestímulos às práticas conservacionistas, e discursos conflituosos, associados a tensões decorrentes da disputa pelo uso do território. Essas formações indicam que os sentidos atribuídos à floresta não se produzem de modo individual, mas emergem de um campo simbólico coletivo, atravessado por valores, memórias e experiências territoriais compartilhadas.

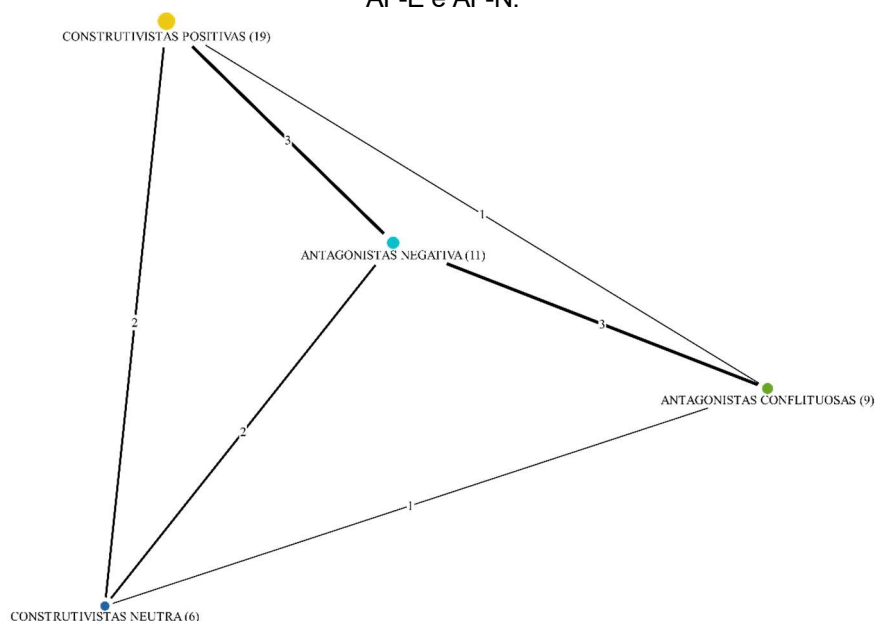
A formação construtivista-positiva foi identificada em 28% dos segmentos analisados, ocorrendo exclusivamente entre os agricultores familiares engajados (AF-E) e alcançando 55% dos sujeitos desse grupo. Esses dados indicam que o engajamento ambiental se associa a formas de reconhecimento e apoio sociocomunitário, fortalecendo vínculos de confiança e reciprocidade, em consonância com abordagens que destacam o pertencimento comunitário como base de práticas coletivas (Ingold, 2000).

Em contraste, os discursos antagonistas-negativos correspondem a 25% dos segmentos, com maior incidência entre os AF-E do que entre os AF-N, e expressam julgamentos e desestímulos às práticas conservacionistas. Essa regularidade discursiva aproxima-se de análises que apontam a persistência de racionalidades produtivistas e de desvalorização simbólica da conservação no contexto amazônico (Castro, 1998). A formação construtivista-neutra aparece em 15% dos sujeitos, enquanto os discursos antagonistas-conflituosos representam proporção semelhante, distribuída de forma equilibrada entre os grupos, indicando que disputas territoriais e conflitos de interesse seguem estruturando o campo ambiental (Leff, 1993; Acselrad, 1999).

A distribuição das formações discursivas evidencia uma clivagem no interior das relações sociocomunitárias. Entre os AF-E, observa-se maior diversidade e articulação entre discursos de consciência ambiental, planejamento e reconhecimento comunitário, revelando processos de subjetivação sustentados por vínculos sociais que favorecem a circulação e a legitimação de sentidos no território. Entre os AF-N, predominam formações menos integradas, com maior incidência de discursos antagonistas e menor adesão a sentidos de valorização coletiva, configurando formas de resistência que se expressam mais como distanciamento simbólico do que como oposição explícita às práticas de recomposição florestal.

A análise de coocorrência das formações discursivas (Figura 7) indica que a formação antagonista-negativa ocupa posição central na rede, articulando-se com outras formações e funcionando como eixo de tensão nas relações sociocomunitárias. Essa centralidade revela que, mesmo em contextos nos quais emergem discursos de engajamento, sentidos de conflito, resistência e desconfiança atravessam de modo estruturante a experiência coletiva dos agricultores, produzindo subjetivações marcadas pela ambivalência entre adesão e distanciamento em relação às narrativas institucionais de conservação.

Figura 7 - Mapa de coocorrência das formações discursivas sobre relações sociocomunitárias nos grupos AF-E e AF-N.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa, com uso do *software MAXQDA Analytics Pro 2020*.

Os sentidos de pertencimento e reconhecimento social que sustentam práticas ambientais são, assim, atravessados por conflitos e ambiguidades. Relatos de ridicularização de agricultores que investem na recomposição florestal — como a classificação de quem planta árvores como “trouxa” — evidenciam como a restauração ecológica pode ser significada como desvio da norma produtivista, exigindo resistência subjetiva para sua manutenção (Pêcheux, 1975; Orlandi, 2020). Em contrapartida, discursos construtivistas-positivos ressaltam o papel do engajamento comunitário na legitimação das práticas conservacionistas, por meio de pactos coletivos mediados por vínculos de confiança (Bourdieu, 2004).

Discursos construtivistas-neutros indicam contextos de ambivalência, nos quais práticas conservacionistas coexistem com posicionamentos diversos sem gerar conflitos abertos, enquanto discursos antagonistas-conflituosos expressam percepções de injustiça e desigualdade, como nos questionamentos sobre a distribuição desigual das obrigações ambientais entre pequenos e grandes produtores (Ferraro Junior; Jacobi, 2012; Scherer-Warren, 2008).

A Análise do Discurso permite compreender que essas tensões não constituem episódios isolados, mas efeitos de formações discursivas que moldam o dizível e influenciam as práticas sociais. O engajamento ambiental, nesse sentido, configura-se como uma construção situada, atravessada por memórias, disputas e relações de poder

(Orlandi, 2020). Disputar os sentidos da floresta implica, portanto, disputar sentidos de pertencimento, justiça e dignidade no campo amazônico, tornando as formações discursivas sociocomunitárias centrais para a compreensão das dinâmicas de engajamento e resistência na restauração ecológica na Amazônia rondoniense.

Poder, discurso e subjetivação na Amazônia: normatividade e ambivalência institucional como vetores simbólicos na adesão ou resistência à conservação

A análise demonstra que os fatores extrínsecos são centrais na institucionalização do discurso ambiental no meio rural amazônico, mas operam de forma ambígua. Se, por um lado, promovem a adesão a práticas conservacionistas por meio de leis, incentivos e extensão rural, por outro, podem gerar desconfiança, exclusão simbólica e distanciamento dos agricultores. Essa ambivalência está enraizada em experiências históricas de descontinuidade política, desigualdades no acesso à informação e assimetrias de poder (Fairclough; Wodak, 2005).

À luz da Análise do Discurso de linha francesa, compreende-se que a linguagem da conservação é uma prática social situada, atravessada por ideologias, memórias coletivas e posicionamentos sociais (Orlandi, 2020; Pêcheux, 1975; Foucault, 2008). Os enunciados sobre o ambiente não são neutros, mas efeitos de sentidos produzidos em contextos históricos específicos, assumindo diferentes significados conforme os lugares de fala ocupados.

As decisões sobre conservação não decorrem apenas de normas ou incentivos econômicos, mas de um campo simbólico saturado de valores afetivos e morais. Os discursos analisados revelam processos de subjetivação nos quais os agricultores não apenas respondem à norma, mas constroem identidades e sentidos em diálogo com suas vivências territoriais.

Mesmo discursos alinhados à conservação podem carregar contradições ideológicas: práticas ambientais são por vezes vistas como luxo, restritas a quem já superou a insegurança econômica. Tais percepções revelam a influência da ideologia da modernização agrícola, que historicamente impôs à Amazônia uma narrativa de progresso baseada na produtividade (Fearnside, 2006).

Além disso, o ceticismo em relação ao Estado — alimentado por promessas não cumpridas e políticas instáveis — conforma uma ideologia de descrença institucional.

Essa descrença desloca a conservação do campo da participação para o da obrigação, fragilizando seu poder mobilizador e esvaziando sua legitimidade (Althusser, 1980; Fairclough; Wodak, 2005).

As formações discursivas revelam que fatores intrínsecos e extrínsecos interagem em redes ideológicas que atribuem sentidos à floresta e à identidade do agricultor. Essas redes funcionam como regimes de verdade (Foucault, 2008), que normatizam certas práticas e marginalizam outras, regulando modos legítimos de viver o campo ambiental.

A Análise do Discurso permite desvelar os mecanismos do “já-dito” que estruturam o que pode ser dito, evidenciando como representações normativas da conservação silenciam formas alternativas de relação com o território. Reconhecer essa disputa de sentidos é essencial para democratizar as políticas ambientais e valorizar os saberes que habitam a Amazônia.

Ao iluminar os tecidos discursivos do poder, a disputa pelos sentidos da conservação convida a repensar políticas que reconheçam os modos de vida amazônicos não como entraves, mas como protagonistas do bem viver e da sustentabilidade.

Considerações Finais

A análise evidenciou que os discursos dos agricultores familiares sobre conservação e recomposição florestal na Amazônia rondoniense são atravessados por múltiplas formações ideológicas que estruturam modos de pensar, dizer e agir frente à natureza, à terra e ao Estado. Os fatores decisórios — sejam intrínsecos (valores éticos e afetivos) ou extrínsecos (instituições, políticas públicas e redes sociais) — interagem em uma rede complexa de sentidos que não pode ser reduzida a determinações técnicas ou legais, mas deve ser entendida como produção discursiva situada historicamente.

A linguagem da conservação atua como prática de poder, e os discursos institucionais que impõem a restauração como dever moral, jurídico ou técnico produzem sujeitos interpelados por posições assimétricas: agentes da sustentabilidade ou obstáculos ao desenvolvimento. Contudo, os agricultores não aceitam essas posições de forma passiva — eles negociam, ressignificam ou resistem em suas práticas cotidianas, evidenciando o caráter político da subjetivação.

Nesse campo de disputas, os sentidos atribuídos à floresta oscilam entre afeto, identidade e rejeição, refletindo falhas estruturais das políticas públicas e a carência de

pactos territoriais que considerem os saberes locais. A resistência não é dirigida à conservação em si, mas ao seu modo de imposição, descolado das realidades culturais e materiais dos sujeitos envolvidos.

Com base nesses achados, este artigo propõe que políticas de restauração ecológica sejam concebidas como práticas discursivas e relacionais. Recomenda-se:

- Fortalecer uma extensão rural crítica, com escuta ativa e coformação de soluções;
- Desenvolver campanhas comunicacionais territorializadas, com linguagens acessíveis e mídias de confiança;
- Incentivar intercâmbios horizontais entre agricultores como estratégia de mobilização;
- Incorporar princípios de justiça ambiental, reconhecendo desigualdades de acesso à terra, informação e recursos.

Reafirma-se, assim, que restaurar a vegetação nativa não é apenas um ato técnico, mas um processo de reconstrução de vínculos sociais, de sentidos coletivos e de justiça territorial. A Amazônia permanece central na manutenção dos processos ecológicos essenciais à vida — como o ciclo hídrico, a regulação climática e a biodiversidade —, e sua conservação deve dialogar com modos plurais de vida e de produção.

Por fim, ao inscrever a restauração ecológica como prática discursiva e campo de poder, este trabalho contribui ao debate sobre os “tecidos do poder na sociedade brasileira”, evidenciando, a partir da Amazônia, como regimes de verdade são construídos, naturalizados e contestados, e como a linguagem se configura como espaço de luta pela legitimidade de formas diversas de habitar o mundo.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1, p. 79, 1999. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/27>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença; Martins Fontes, 1980.
- ALTIERI, Miguel A. The ecological role of biodiversity in agroecosystems. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, v. 74, n. 1–3, p. 19–31, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/B978-0-444-50019-9.50005-4>. Acesso em: 23 nov. 2020.
- ARONSON, James; DURIGAN, Giselda; BRANCALION, Pedro H. S. Conceitos e definições correlatos à ciência e à prática da restauração ecológica. *IF Série Registros*,

- n. 44, p. 1–38, 2011. Disponível em: <http://www.lerf.esalq.usp.br/divulgacao/recomendados/artigos/aronson2011.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2020.
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 24, p. 71–86, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000300006>. Acesso em: 22 abr. 2025.
- BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (org.). *Agricultura familiar: práticas e políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CASTRO, Edna. *Padrões de ocupação e meio ambiente na Amazônia: elementos para uma abordagem interdisciplinar*. Belém: NAEA/UFPA, 1998.
- FAIRCLOUGH, Norman; WODAK, Ruth. Critical discourse analysis. In: VAN DIJK, Teun A. (org.). *Discourse studies: a multidisciplinary introduction*. London: Sage, 2005. p. 258–284.
- FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 25–49, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000300003>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio; JACOBI, Pedro R. Aprendizado social e sustentabilidade: práticas e processos de aprendizagem no Programa Cultivando Água Boa. *Ambiente & Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 91–109, jan./mar. 2012.
- FERRONATO, Marcelo Lucian. *Ideologias de agricultores familiares sobre a restauração e conservação de ecossistemas amazônicos*. 2021. 244 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2021.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- INGOLD, Tim. *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.
- INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. *Monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal por satélite – PRODES*. 2020. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- LEFF, Enrique. Sociologia y ambiente: sobre el concepto de racionalidad ambiental y las transformaciones del conocimiento. In: VIEIRA, Paulo Freire; MAIMON, David (org.). *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Belém: APED; NAEA, 1993. p. 79–94.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2015.
- METZGER, Jean Paul; BUSTAMANTE, Mercedes M. C.; FERREIRA, Leandro V. Why Brazil needs its Legal Reserves. *Biotropica*, v. 51, n. 2, p. 278–283, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/btp.12663>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 11. ed. Campinas: Pontes, 2020.
- PELLEGRINO, G. Q.; ASSAD, E. D.; MARIN, F. R. Mudanças climáticas globais e a agricultura no Brasil. *Multiciência*, n. 8, p. 139–162, 2007. Disponível em:

[https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-](https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2014/05/mc_agricultura_brasil.pdf)

[content/uploads/sites/36/2014/05/mc_agricultura_brasil.pdf](https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2014/05/mc_agricultura_brasil.pdf). Acesso em: 29 jan. 2020.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1975.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 49–50.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, v. 21, n. 54, p. 505–517, set./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/5664>. Acesso em: 4 maio 2025.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. *Contested frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.